

DO PAÍS DE ORIGEM AO TRABALHO INFORMAL: O CAMINHO DA PRECARIZAÇÃO DESTINADO A IMIGRANTES NO BRASIL

Carolina Teixeira Vaz (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Regiane Cristina de Souza Fukui
(Orientadora). E-mail: rcsouza@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Maringá, PR.

Área: 7.07.00.00-1 Psicologia
Subárea: 7.07.05.00-3 Psicologia Social

Palavras-chave: Representações Sociais; trabalho informal; imigração.

RESUMO

Mediante a emergência do processo de precarização do trabalho, imigrantes originários de países entendidos como a periferia global – subjugados à hierarquia das relações internacionais – são submetidos a condições de violação de direitos ainda mais agravadas do que as já vivenciadas pelos brasileiros natos e naturalizados. Isto posto, o objetivo central da presente pesquisa foi analisar os impactos do trabalho informal na construção das subjetividades de trabalhadores/as imigrantes em território brasileiro. Para tanto, visamos investigar como o trabalho informal se estabelece e se mantém no mercado de trabalho nacional – seja por arcabouços normativos, seja por dispositivos culturais –, ao passo que se torna uma estratégia de sobrevivência para os imigrantes que chegam ao país. Articulamos conhecimentos da Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici, a fim de levantarmos aspectos da cultura imaterial que perpassa este fenômeno, bem como alguns dos atravessamentos de dadas Representações Sociais (RS) na subjetividade de trabalhadores/as imigrantes. Constatamos que as RS construídas e arraigadas na cultura brasileira retratam estes imigrantes como sujeitos indesejados e potencialmente perigosos, e que, por vezes, ancoram imigrações involuntárias às ideias de ameaça ao mercado de trabalho, aumento dos índices de violência e criminalidade, disseminação de doenças e crise dos sistemas públicos essenciais. Entendemos, assim, que tal conjuntura nos norteia à urgência do combate à precarização e violação de direitos, bem como à construção de uma Psicologia mais atuante e comprometida com a promoção da saúde mental de indivíduos que situam-se na intersecção entre imigração e economia informal em solo brasileiro.

INTRODUÇÃO

Uma vez arquitetado o processo de precarização do trabalho, constatou-se um aumento na taxa de informalidade que fez com que esta passasse a ser de 41,1% da população ocupada – o que representa 37,1 milhões de trabalhadores informais no Brasil (IBGE, 2021). Imersa nesta dinâmica do sistema de produção

capitalista, a imigração, especialmente quando irregular, é um fator significativo no que diz respeito ao quadro de trabalhadores em condição de vulnerabilidade que encontram na economia informal um meio de garantirem a subsistência (Bignami, 2022). Sendo assim, é fundamental compreendermos as estruturas que alicerçam a materialidade destas relações, bem como atravessam o processo de subjetivação, a fim de questionarmos e transformarmos os fatores que violam direitos e produzem sofrimento psíquico em imigrantes trabalhadores informais em solo brasileiro.

Para tanto, a presente pesquisa, em seu caráter qualitativo, teve como intuito analisar os impactos do trabalho informal na constituição das subjetividades de trabalhadores/as imigrantes em território brasileiro. Visamos, assim, proporcionar um espaço de reflexões e contribuir com debates no âmbito acadêmico e político que pautem esta temática, além de fomentar um olhar e atuação críticos da Psicologia enquanto profissão. Esboçado o recorte de estudo, buscamos assumir e instigar um engajamento ético-político que toma como escopo a promoção e garantia dos direitos e da saúde mental desses indivíduos que situam-se na intersecção entre migração e economia informal, reféns do processo de precarização do trabalho.

Desde meados da década de 1970, a crise estrutural do capital repercutiu na reformulação da dinâmica global, tendo como um de seus alicerces a precarização do trabalho. No Brasil, a reforma trabalhista sancionada em 2017 foi um marco para a intensificação do trabalho informal e do desemprego, mediante uma desconstrução sistemática de direitos implementação de políticas expressivamente neoliberais, sustentadas pelo “tripé – flexibilização das relações de trabalho, fragilização das instituições de proteção e individualização dos riscos – que condena os trabalhadores a maior vulnerabilidade social” (Krein; Colombi, 2019, p.1).

Na ausência de recursos econômicos e subordinados à mercadorização de sua força de trabalho, migrantes internacionais, são incorporados a dinâmicas de exploração e de destituição de direitos, onde estão vulneráveis a situações exploratórias e até mesmo análogas à escravidão – isto apesar da inclusão social e laboral do imigrante via políticas públicas ser assegurada pela Lei de Migração (Lei n. 13445/2017). Ademais, o número expressivo de indígenas, negros e pardos neste setor evidencia o recorte racial que também o perpassa (Cordeiro, 2022).

Ante o movimento de migração Sul-Sul, a globalização intensificou o comércio internacional e o fluxo de trabalhadores, acentuando o cenário de competitividade e arranjos de trabalho flexíveis de forma inédita na história recente do mercado (Bignami, 2022). Dardot e Laval (2016) explicitam que o capitalismo propaga de um sistema de regras de conduta que abarca em larga escala relações sociais e instituições, construindo um modelo de subjetividade que tende a reduzir toda forma de existência, de nível tanto individual quanto coletivo, à lógica da concorrência. Compreendemos, ainda, que o processo de subjetivação ocorre a partir da relação dialética com o mundo material e social, por meio da qual se opera a internalização da objetividade – mediada pela linguagem – e a elaboração de sentidos pessoais. É edificado, assim, o universo social e simbólico no nível individual (Bock, 2004).

MATERIAIS E MÉTODOS

Posta a concretude dessas relações, aqui objetos de estudo, articulamos conhecimentos da Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici (2007) e demais autores, considerando a Epistemologia Qualitativa, de Gonzalez Rey (2019), enquanto método. Ademais, revisões de literaturas, como livros, artigos, legislações, notícias e dados do IBGE compõem os procedimentos utilizados para instrumentalizar a investigação desta realidade. As análises, mais especificamente, pautaram-se em materiais acadêmicos produzidos no âmbito da pesquisa de campo, nos últimos 10 anos, nos munindo de relatos e dados fornecidos pelos entrevistados.

Rey nos garante dispositivos para a execução da pesquisa qualitativa, pois orienta quanto ao percurso teórico que, conforme ele postula, avança por significados concebidos pelo próprio pesquisador, os quais são indicadores que se legitimam por outros indicadores construídos no curso de sua pesquisa, integrando-se ao significado daqueles (Rey, 2019). A TRS, por sua vez, contribui com determinados conceitos, dentre eles ancoragem, objetivação, representações primárias e secundárias, que nos fornecem subsídios para esta averiguação.

Em suma, Representações Sociais (RS) são formas de conhecimento socialmente compartilhadas que auxiliam a atribuir sentido ao mundo, tomando como norte a relação dialética estabelecida em sua elaboração. Sinaliza para a importância dos elementos históricos e, portanto, culturais na constituição das RS, pois enfatiza o cotidiano como fonte primária de edificação e transformação destas, a partir de experiências tanto individuais quanto coletivas (Moscovici, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À luz da conjuntura exposta, as RS construídas e arraigadas na cultura brasileira acerca das imigrações que têm por origem países da periferia global “retratam os imigrantes como pessoas indesejadas e potencialmente perigosas” (Silva, 2021, p. 372). Mídias e discursos das autoridades tornam-se fontes relevantes de informação, com base nas quais a população atribui significados aos objetos sociais, uma vez que, ao retratar questões circundantes aos grupos sociais que migram para o Brasil de forma involuntária por intermédio de narrativas de governantes, por exemplo, há a tendência de ancorar os mesmos na ameaças ao mercado de trabalho, no aumento dos índices de violência e criminalidade, na disseminação de doenças e na crise dos sistemas públicos essenciais de caráter universal, como saúde e educação.

Já com relação ao trabalho informal, Torres (2018) revela que esta atividade laboral mobiliza RS por quem a pratica, produzindo conteúdos simbólicos e subjetivos que enfatizam, sobretudo, aspectos positivos, a saber: autonomia; independência; aprendizagem de diferentes habilidades e competências; dinheiro e sobrevivência; ocupação do tempo e combate ao ócio; valor social e interação com seus pares. Somando-se a isso, a venda e a troca de mercadorias coloca-se como mais um desafio, com o qual se relaciona a dificuldade de desenvolver um trabalho mais digno, dadas as condições precárias de higiene e infraestrutura do ambiente.

Também é possível constatar um descompasso entre o discurso de país acolhedor e a real recepção aos que buscam abrigo no Brasil, além da discrepância

existente entre os direitos veiculados nas leis brasileiras e a efetiva concretização das políticas públicas de Estado (Silva, 2021).

CONCLUSÕES

A partir dos resultados levantados, foi possível ampliar o debate acadêmico acerca desta temática, elucidando os liames entre os movimentos migratórios e o trabalho informal, bem como trazendo à luz algumas das contradições impressas ao processo em questão. Tais aspectos nos norteiam à urgência do combate à precarização e ressignificação desta forma de trabalho.

Constatando a impossibilidade de cisão entre as relações materiais e a produção de subjetividades, concluímos que o sistema capitalista se pauta em práticas desumanizadoras e esvaziadas de sentidos coletivos que colocam os sujeitos em função de noções como individualismo e competitividade e, dessa forma, reduzem a existência humana à mera sobrevivência, destituem a possibilidade de vida digna aos que não gozam dos acessos dispostos apenas à classe dominante. Estas e outras reflexões podem ser melhor desenvolvidas em futuras produções científicas. Evidenciamos, ainda, o quanto é imprescindível que a Psicologia seja atravessada por questionamentos e estratégias de transformação desta realidade que viola direitos de imigrantes trabalhadores informais em solo brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Regiane Cristina de Souza Fukui, pelo suporte e aprendizado, à Universidade Estadual de Maringá, pela formação acadêmica em Psicologia, e ao CNPq, pela concessão da bolsa que possibilitou a produção da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

REY, F. G. A Epistemologia Qualitativa vinte anos depois. *In*: MARTÍNEZ, A. M. *et al.* (org.). **Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade**: discussões sobre educação e saúde. Uberlândia, MG: EDUFU, v. 7, p. 21-45, 2019.

SILVA, C. D. *et al.* Representações sociais de imigrantes involuntários: um estudo documental. **SER Social: Crise, Fluxos Migratórios e Políticas Sociais**, v. 23, n. 49, p. 357- 379, 2021.

TORRES, T. L. *et al.* Representações sociais do trabalho informal para trabalhadores por conta própria. **Revista Subjetividades**, v. 18, n. 3, p. 26-38, 2018.